



A. Estado, Poderes e Sociedade
B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões
C. Educação e Desenvolvimento
D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes
F. Família, Género e Afectos
G. Teorias, Modelos e Metodologias
Sessões Plenárias

CONSTRUÇÃO SOCIOECOLÓGICA DE UM LOCAL VIRTUAL: Telheiras, a qualificação de um meio inovador urbano

Ana Contumélias

Permitam-me começar com uma breve reflexão sobre o contributo da sociologia e sobre o papel dos sociólogos no que respeita às questões do ambiente...

Que o ambiente tem uma dimensão sociológica parece por demais evidente. Tal como os biólogos se ocupam da biosfera e os geólogos da litosfera, podemos dizer que os sociólogos se ocupam

da socioesfera.^[1] Esta é constituída pelas pessoas e as suas actuações, modelos de comportamento, formas de organização e interacções sociais.

Acontece que este conceito estende à esfera terrestre a ideia de sociedade. Ao cruzar-se com a ecologia, a sociologia passa a ter como objecto de estudo, a sociedade da esfera terrestre. Passa a ocupar-se de uma sociedade vista pelo prisma ecológico, em que a esfera terrestre é o ecossistema da espécie humana. Um só sistema para toda a população, uma sociedade planetária.

À sociologia cabe, assim, o papel de analisar as acções humanas do ponto de vista das suas repercussões sobre o ambiente envolvente em geral. Mas, também, a difícil tarefa de captar as percepções ambientais diversas e coexistentes, analisá-las e revelar os seus fundamentos. E de, face

a cada desequilíbrio ecológico, procurar as suas causas sociais.^[2]

“A Terra é só uma, mas o mundo não é”. Esta é uma frase exemplar, utilizada no Relatório Brundtland.

^[3] Mostra como a noção de ambiente, de “casa comum”, não anula as divergências e as clivagens, por muito que demonstre que “é mais o que nos une do que o que nos separa”, que “sendo

todos diferentes, somos todos parentes” e que “a diversidade nos torna mais ricos”.^[4]

Entendendo o desenvolvimento humano como o empreendimento colectivo de realização das condições de vida da espécie no espaço terrestre, e tendo em conta o momento histórico, a principal questão que se nos coloca, afinal, reside precisamente na dificuldade de gerar consensos. Contudo, esta unidade, esta identidade territorial, é também um bom ponto de partida para a formulação desses consensos. A noção de ambiente comum gera o fechamento de todos os humanos numa única sociedade, com

um território e uma fronteira por enquanto inquestionáveis, o planeta.^[5]

Este interface entre sociologia e ecologia como que impõe uma passagem das sociológicas para as ecológicas, sendo as segundas, as lógicas procuradas a partir da variável fixa: efeitos ecológicos da acção social.

Tomamos consciência de que a sociedade da espécie humana, por muitas diversidades e fronteiras administrativas que apresente no seu interior, integra-

-se por via da constatação do ambiente comum. O que se nos apresenta agora é um só sistema pejado de interdependências, não só no que respeita às relações entre humanos como também entre a acção humana e o pequeno espaço cósmico que suporta a vida da espécie.

Fará, então, sentido pensar o sistema social sem ter permanentemente presente a noção de sistema ecológico? E sendo assim, como pensar relações entre pessoas fora do contexto espaço/tempo percebido? Agimos sobre o nosso ambiente de vida, construimo-lo, e temos alguma liberdade e capacidade de o tornar melhor, mais apto para a humanidade, ou menos apto e até mesmo insustentável.

Na verdade, vivemos fazendo opções, tomando decisões, agindo. A acção impacta a realidade, introduz mudança. Como pessoas, interpretamos, atribuímos sentido. Somos uma realidade cultural e orientamo-nos por princípios e valores nem sempre percebidos.

Tomamos consciência dos riscos associados à acção. Somos surpreendidos com as alterações do ambiente de vida na Terra, mudanças cuja velocidade nos faz desejar abrandar o ritmo empreendedor e usar de cautela, prevenir consequências indesejadas, avaliar impactos negativos.

E isto porque a percepção dos riscos está aliada a percepção da responsabilidade. Da escala pessoal às organizações mundiais, as opções e acções passam a ter um sentido em termos de efeitos sobre o ambiente.

Não é fácil orientar a acção, sentindo o peso das responsabilidades face à complexidade da realidade que se tenta apreender, às interdependências já detectadas, ao volume de informação, e ao conhecimento acumulado, onde se faz a síntese das experiências do passado e se procura ensaiar no presente, o ambiente do futuro.

Não é fácil em termos pessoais, profissionais, ideológicos, colectivos. Penso que ambiente é uma palavra de consenso. E que falar de desenvolvimento é o mesmo que falar da construção do ambiente comum. Resta acrescentar que eu quero construir o meu, e como ele é comum, quero fazê-lo participando, concorrendo para criar um mundo melhor, cooperando com todos, aprendendo a fazê-lo. Ganhando confiança, lidando com parceiros, e não com adversários, inimigos, ameaças. O conflito de interesses é inapagável. Ele existe mesmo dentro de cada um de nós. Não admira que me tenham já dito que a minha é uma visão panteísta do mundo. Também não admira os estudos, que entretanto têm vindo a ser desenvolvidos, em torno da ligação entre ambiente e religião. Mas eu sinto-me menos religiosa que terráquea. E este é já um grande imaginário de pertença a um colectivo intergeracional que, à semelhança do que acontece com culturas vividas mais a Oriente, dá sentido à vida.

O projecto que aqui vos apresento consiste num exercício de imaginação sociológica que tem por objectivo indiciar todo um campo de intervenção, possível de desencadear a partir de uma associação de residentes num bairro da cidade de Lisboa.

Um bairro já chamado *aldeia* e *ghetto* e a que eu agora chamo *laboratório*. É como socióloga que vos falo, mas quero deixar claro que, estando dentro do laboratório alvo da minha análise, me sinto também parte da experiência.

A alusão à ideia de *local virtual* é utilizada como ilustração do resultado de um esforço de visão por antecipação e não como efectiva recriação informática de um real possível.

Nada obsta, porém, a que num futuro próximo a facilidade de acesso a novos meios tecnológicos permita experimentar informaticamente as virtualidades de um real imaginado, como um meio auxiliar do planeamento estratégico urbano, elaborado em diálogo permanente com a população do território. (Afinal, os jogos de computador em que o jogador veste a pele do urbanista e cria o seu próprio ambiente urbano, são já um entretenimento quase vulgar.)

Os conceitos de ambiente, desenvolvimento e participação perpassam e fundamentam ideologicamente o projecto de intervenção enunciado mais adiante. A mudança a que se reconhece virtualidades ocorre em situação de participação plena, a qual simultaneamente representa, também, a responsabilidade e o empenho de todos e cada um no processo de desenvolvimento e construção do ambiente local e consequentemente global a partir do local.

Outros conceitos se interligam para apoiar a minha explanação. Consenso é um deles e surge associado a participação, identidade, busca de um futuro colectivo melhor. Desenvolvimento, enquanto noção que supõe estratégias, programação, detenção de um poder e, ligado a ele, a ideia de um futuro inseparável das aspirações e das projecções das pessoas e dos grupos, não é aqui separável da de cultura, entendendo esta como criação, invenção, espaço de circulação do imaginário, coisa inseparável das ideias de futuro e do espaço possível, algo totalmente inverso de passividade,

de representações mentais a preservar. ^[6]

O local: Telheiras

O bairro de Telheiras, situado na freguesia do Lumiar, em Lisboa, é uma zona de características raras no panorama do tecido urbano português. Com direito a plano de ordenamento e a plano de pormenor, a sua edificação tem vindo a ser dirigida e em grande parte executada pela Epul, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, especialmente criada para auxiliar e desenvolver a acção municipal nesta matéria.

Desde a encomenda do primeiro estudo, nos anos sessenta, até hoje, Telheiras mantém-se como uma área de intervenção gerida pela autarquia lisboeta, através da Epul. O desempenho do sector público no desenvolvimento do projecto de Telheiras traduz-se num acréscimo de qualificação urbana que está, no entanto, aquém das expectativas da sua população residente.

A título de exemplo, diga-se que o peso da construção privada aumentou em relação ao inicialmente previsto, os equipamentos colectivos foram reduzidos, o traçado de caminhos pedonais mantém-se inoperante, o núcleo da aldeia rural, do convento e da igreja, pré-existent no terreno, foram mantidos mas não vitalizados.

A população, que desde finais da década de 70 vem habitando Telheiras, contribui para tornar o bairro num caso raro, na cidade e no país. A “aldeia dos doutores”, como lhe chama o “Expresso”, merece a alcunha. O estudo do perfil social da população residente, realizado no âmbito de um

trabalho encomendado pela EPUL ao Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do ISCTE, dá conta de uma concentração de professores, quadros superiores, profissionais liberais e empresários, muito acima da média nacional. A taxa de natalidade está, também, acima da média portuguesa, num bairro com predomínio de recém-licenciados e recém-casados.

Uma questão levantada pelo referido estudo prende-se com as razões subjacentes à percepção do bairro pelos residentes, como uma comunidade com uma identidade própria, já que o facto de os inquiridos sublinharem a facilidade de acesso a outras partes da cidade como um dos factores mais positivos da zona parece entrar em contradição com essa ideia. Por outro lado, ao descreverem rotinas diárias e compartimentação dos tempos/espacos de consumo, produção e lazer, muitos reservavam na prática, para Telheiras, a função de dormitório ou, quanto muito, de vivência local, no isolamento privado das residências, denunciando pouca utilização dos espaços públicos. Face ao exposto, admite-se a pertença identitária, como podendo estar ligada a uma adesão à imagem de *status* do bairro, sugestão que os residentes rejeitam. Ideologicamente é a ideia de comunidade, de apropriação colectiva do espaço que é acarinhada e não a colagem a um microcosmos elitista. O mesmo estudo recomenda uma urgente reavaliação do plano urbanístico, por ter verificado grandes alterações aos pressupostos de base: as aspirações, necessidades e concepções dos habitantes face à vida, que o estudo revela, não foram consideradas à partida; não foi a heterogeneidade mas, sobretudo, a homogeneidade social que acabou por prevalecer no espaço de Telheiras, ao contrário do previsto; e o uso unifuncional do bairro, como espaço residencial, contrasta com a percepção da importância da construção de um tecido de relações sociais, só permitida pela coexistência de várias funções no mesmo local.

Em síntese: estamos a lidar com uma situação rara, senão única, em termos de tecido urbano. Uma área com cerca de 60 hectares de território, com fronteiras mais ou menos bem delimitadas, já que o traçado de vias rápidas que a cerca cria barreiras ao acesso pedestre e descontinuidades com a malha urbana envolvente. Simultaneamente, a rede viária facilita extraordinariamente o fluxo automóvel a outros pontos da cidade, criando centralidade.

Todo o espaço do bairro foi planeado previamente, tendo-se mantido no essencial; a urbanização ergue-se em terrenos públicos, mais propriamente municipais e é gerida por uma empresa pública; apesar de novo e pensado para a função residencial quase exclusivamente, está tendencialmente a desenvolver uma vivência própria, quer pela predisposição e por alguma prática da população residente, quer pela manutenção no interior da urbe de um núcleo de construção antiga, vestígios que estão a ser preservados da aldeia que primitivamente ocupava o território. Mas acima de tudo, é o perfil intelectual e ideológico da população que aqui se tem instalado que, conjugado com as razões anteriormente descritas, permite consolidar a ideia de que estamos perante um território urbano, propício ao desenvolvimento de toda uma imensa variedade de projectos experimentais. Embora possa ser discutível a ideia de que estamos na presença de uma verdadeira comunidade, de um bairro com vida própria, não há dúvida de que as condições que se verificam permitem, mesmo assim, partir do pressuposto de que se trata de um meio inovador, por excelência, um espaço apto a ser construído socialmente pelos actores no terreno.

À luz das novas teorias do marketing das cidades, pode-se ainda valorizar a existência de uma “imagem do local”, uma auto-imagem mais ou menos partilhada colectivamente, mais mítica que real, porventura, construída sobre a ideia de comunidade e de aldeia. Esta ideia associa-se a uma outra ligada à homogeneidade da sua população, altamente qualificada e que aponta para uma grande concentração de massa cinzenta e elementos da classe dirigente.

A associação local

Em Telheiras existe uma associação de residentes, a ART, que, de acordo com o art. 3º dos seus estatutos, tem por finalidade fomentar a criação de infra-estruturas de apoio directo à comunidade local; a realização de actos visando o aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico da comunidade local; e as actividades que defendam, preservem e melhorem as vertentes urbanísticas e ecológicas do lugar.

Quando foi iniciada, em meados da década de 80, por um pequeno grupo de activistas, a população confrontava-se com as dificuldades comuns a uma urbanização recém-criada, em que as habitações precedem as infra-estruturação do local. Nos primeiros anos a Art funcionou essencialmente como grupo de pressão junto das autoridades (Epul, Carris, CML, Junta de Freguesia) procurando encontrar soluções para as questões de insegurança, falta de iluminação pública, carência de carreiras de autocarros, de jardins, de sinalética para peões, etc., etc. Distribuiu desde a primeira hora uma folha informativa pelas caixas de correio, levando ao conhecimento dos sócios as suas dificuldades e iniciativas. E, simultaneamente, procurou dinamizar uma vida colectiva, organizando, por exemplo, campeonatos de xadrez, programas de animação de rua para as crianças (rifas, concursos de tiro à lata, corridas de sacos), feiras da ladra aos sábados

de manhã, um arraial pelos santos populares e, até, fazendo desfilar uma fanfarra pelas ruas do bairro. Com outras entidades, colaborou nas campanhas “Plante uma árvore” e “Mantenha limpo o bairro”. Junto das autoridades reivindicou barreiras de protecção, quando entrou em funcionamento a via rápida Norte-Sul, e medidas correctoras do trânsito, por altura da abertura do hipermercado na área. Criaram-se grupos de trabalho para as escolas, os jardins, o trânsito, de acordo com as sensibilidades e interesses dos sócios e as suas disponibilidades.

Depois, numa segunda fase, foram as iniciativas culturais e de ocupação de tempos livres que mais marcaram as actividades da associação, com a abertura de classes de viola e flauta, grupos de teatro e canto coral, para crianças e adultos. Houve um Natal em que o grupo da Art correu os cafés locais cantando as boas-festas e, pelos Reis, é certa a sua actuação na igreja ou noutra sítio. No conjunto, estas actividades envolvem centena e meia de pessoas.

Mais recentemente formou-se um novo grupo de trabalho. Centrado nas questões do urbanismo, analisou a fundo os planos de pormenor e deu conta dos seus desvios e partes por cumprir. O encontro entre residentes para uma avaliação conjunta, o fazer o ponto colectivo da situação, já está na agenda. A associação tem o levantamento feito ao milímetro. Por exemplo, quantos lugares de parque automóvel estavam previstos e quantos foram efectivamente construídos?

Enquanto procura informação, contacta com peritos, abre canais comunicacionais, dá informação, busca no diálogo alargado, a interpretação da informação e a partilha do sentido. Fará sentido, deixar o pavilhão desportivo e a piscina, consignados no plano inicial, num terreno agora ocupado por arruamentos, cair no esquecimento?

Com perto de 400 sócios, a Art apresenta-se como um parceiro social, um interlocutor necessário a Telheiras. Está a construir a sua sede, faz circular uma informação regular entre os sócios e, esporadicamente, em todo o bairro. E mantém-se disponível para cooperar com outras entidades e organizações.

O programa de intervenção

Passando agora a uma leitura das potencialidades do local em termos ambientais e seguindo de perto as directrizes do “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano”, da Comissão das Comunidades Europeias, parece lícito considerar que uma tal comunidade, que se empenhe na construção de um ambiente melhor no seu local de vida, terá necessariamente que levar em conta certos aspectos da sua vivência, que possam estar a contribuir para degradar outros ambientes.

Quer isto dizer que agir localmente sem pensar globalmente, neste caso, em que as condições privilegiadas do lugar são comparativamente manifestas, poderá ser uma acção geradora de injustiça?

Concretizando. A “aldeia dos doutores”, bem posicionada na cidade, dotada de bons acessos, com alguns espaços verdes e um certo desafoço, poderá progressivamente melhorar o seu ambiente, criar a desejada cidade humanizada e acolhedora para os seus utentes e habitantes, concorrendo pela canalização para o local de financiamento público, sem com isto participar no agravamento da injustiça, face a outras regiões e a outras áreas da cidade sem qualquer qualificação, com graves problemas de degradação?

Se a óptica da abordagem for a de um desenvolvimento intimamente ligado aos problemas do ambiente e da justiça social, obviamente que não. A menos que os seus melhoramentos sejam sustentados internamente e que isso se faça sem prejuízo do ambiente global.

O que nos leva directamente às responsabilidades e potencialidades das cidades, com especial destaque para as áreas urbanas mais dotadas, como no presente caso, para contribuírem para a resolução dos problemas do ambiente em geral.

Servem para ilustrar o que foi dito, os seguintes aspectos: sendo uma área de consumo elevado, este bairro é também local de grande produção de RSU's (resíduos sólidos urbanos). Tal como é grande consumidor de água, de energia e responsável pela emissão de dióxido de carbono, a atender ao número médio de viaturas por família.

Tudo aponta, por isso, para que uma dinâmica de melhoramento do ambiente de vida no local, deva incluir preocupações mais profundas. Agir localmente, pensando globalmente pode, assim, manifestar-se por um forte empenho na experimentação de soluções ambientalmente correctas.

A implantação, com a colaboração de entidades públicas e privadas, incluindo empresas, de dentro e de fora do local, de formas de distribuição alternativas de produtos, menos esbanjadoras em termos de embalagens e de práticas de recolha selectiva e reaproveitamento de materiais de outra forma desperdiçados, acompanhada por estudos dos hábitos de consumo e por campanhas de esclarecimento, formação e sensibilização, teria, estamos convencidos, todo o cabimento.

"Not in my back yard", a reacção típica das comunidades que se confrontam com a necessidade de olhar de frente a possibilidade de conviverem com os lixos, mesmo com os que produzem, seria com certeza ultrapassado pelo forte pendor para ideologicamente adoptar uma atitude de

responsabilidade social, e caso o sistema a montar fosse manifestamente credível.

Haveria, por certo, que avançar de forma apoiada, numa acção não isolada mas desenvolvida em rede com outras zonas urbanas que, pela Europa fora, estão certamente, neste momento, a ensaiar a procura de soluções alternativas. Para além de estancar o seu contributo poluente, Telheiras poderia ainda servir de exemplo, levando à multiplicação destes efeitos noutras zonas da cidade. De salientar que uma actuação na área dos RSU's, seguindo a política dos três R (reduzir, reciclar e reutilizar), efectuada de forma intensiva dada a sua concentração territorial, para além de implicar toda a população e entidades com intervenção no local, não poderia ser feita sem simultaneamente gerar toda uma série de novas tarefas, ocupações e formas de organização.

Um clube de emprego ou um núcleo de incubação de microempresas, tornar-se-ia, então, necessário para orientar e enquadrar as novas ocupações, postos de trabalho a serem ocupados por jovens e desempregados, não só do bairro mas também do resto da freguesia e áreas envolventes.

Note-se que em termos de insegurança, vindo as ameaças dos grupos mais desfavorecidos e com falta de meios de subsistência, provenientes de bairros carenciados e não muito distantes, a criação de emprego seria a forma mais correcta de reduzir o perigo, pelo menos do ponto de vista dos residentes de Telheiras.

Gabinetes de *designers* para a concepção de novos produtos a partir do material reciclável, lojas de troca de artigos de 2ª mão, tarefas de recolha, selecção e reencaminhamento, centros de informação, divulgação e formação da população, são apenas alguns exemplos dos novos serviços a criar. Este esforço de contextualização, de ligação da vida das pessoas ao território em que vivem, acompanhado da consciência das consequências e impacto da sua própria existência sobre o ambiente envolvente, poderia ter efeitos surpreendentes sobre a população mais jovem, nomeadamente quanto à construção de estilos de vida mais adequados aos desafios ambientais que a todos dizem respeito.

A pedagogia da alface

A separação do material orgânico e a sua utilização para compostagem poderia tornar-se muito mais gratificante se o resultado dessa acção se tornasse palpável, visível.

Preparar o adubo para a alface que se vê crescer e se põe na mesa, é algo que passaria a estar ao alcance dos habitantes da urbe, e teria um significado importante, sobretudo para as crianças que agora aprendem a conhecer o mundo em que vivem, a partir do asfalto.

As hortas sociais são entendidas, sobretudo, como pedagógicas e são-no realmente na medida em que mantêm a ligação à terra, permitindo revalorizar o produto. Mas a manutenção dos espaços de cultivo na cidade pode cumprir outras funções sociais e permite um maior equilíbrio a vários níveis. Com a guerra, as populações urbanas dos países da Europa de Leste voltaram a plantar pequenas doses de alimentos, que lhes garantiram a sobrevivência.

Neste aspecto, a Câmara de Oeiras tem tido em relação aos RSU's uma actuação pioneira. Para além de incentivar a selecção dos lixos, fez campanhas recomendando a compostagem a todos os que têm casa térrea ou um pouco de espaço para a fazer. Mas o terreno é um recurso escasso na cidade. Entendem os urbanistas que a construção deve parar imediatamente. Reabilitar o que existe e estancar a construção nova, é palavra de ordem. Em Telheiras, a capacidade de carga, se não é excessiva em termos comparativos, já que abundam os maus exemplos de pressão urbanística, está completa. Sobretudo se o prisma da avaliação se aproximar de uma visão integrada dos problemas. Porque, neste caso, o terreno ainda disponível não deve servir para aumentar a densidade demográfica.

Ora, a verdade é que “os tempos do funcionalismo segregador das funções urbanas, estão ultrapassados, sendo portanto um dos objectivos contemporâneos, fazer “conviver” a residência com o trabalho, os serviços e os equipamentos, numa mesma zona da cidade, com o que isso significa de maior dinamismo, segurança, diminuição da necessidade em transportes e de aumento dos tempos livres”.⁸

Posto isto, o espaço urbano ainda disponível tem muitas aplicações, que não a implantação de mais blocos habitacionais, como por exemplo, a horta onde pode crescer a alface que se põe na mesa, com a ajuda do adubo que deixou de ser lixo. O que não quer dizer que a função agrícola bastante se desenvolva em Telheiras. O terreno livre não é assim tanto!

Outra forma, ou uma forma complementar de dar seguimento a uma acção selectiva, no que respeita aos materiais orgânicos, poderá ser o estabelecimento de uma relação particular com uma dada área rural, uma outra comunidade com a qual a urbanização de Telheiras passaria a ter relações privilegiadas. Estabelecendo laços de troca, Telheiras poderia mandar adubo orgânico para agricultura biológica, cujo produto lhe seria depois enviado. Produtos da terra em troca de consultoria, agro-turismo contra prestação de serviços de diversa índole, enfim, uma complementaridade real, vivida e experimentada, entre dois espaços territoriais que o processo de desenvolvimento especializou

como urbano, um, e rural, o outro, não poderia contribuir para ensaiar novos equilíbrios, contextualizando interdependências entre regiões centrais e periféricas? Julgo que sim. A regionalização e o desenvolvimento integrado do território nacional, ou mesmo mundial, não parece exigir a concentração mas a dispersão, a equilibrada distribuição das pessoas e das capacidades empreendedoras, pelo conjunto do espaço disponível, tendo embora em conta aptidões específicas.

Em Telheiras, a opção pela segunda casa, a casa de campo, é muito vincada. Mas a pertença a uma segunda região é afectada pela permanência diminuta nesse lugar, uma vez que é no contexto da cidade que se desenvolvem as actividades produtivas.

Trocar o descartável pela obra de arte

Em termos de redução de lixo não orgânico, é a indústria dos plásticos e são as multinacionais os sectores que, provavelmente, mais investem, atentos às sensibilidades do mercado, não vá algum consumismo ecologista reduzir-lhes os lucros. Sem dúvida que o produto embalado se conserva melhor e que a espessura dos invólucros tem vindo a diminuir. Mas talvez haja novas formas de distribuição, quiçá inspiradas na velha mercearia. E nada impede que um frasco de detergente da loiça, ou de óleo, se transforme numa peça estimada, cuja preservação justifique o seu reabastecimento sistemático.

Mas não há dúvidas de que muitas soluções possíveis de explorar estão em contradição com os primados empresariais do lucro e do curto prazo — e podem pôr em causa as premissas da sua actuação — pelo que só serão testadas se a iniciativa partir de sectores da sociedade menos espartilhados por estas condicionantes.

Os serviços porta a porta também podem ser alargados a outras forças de distribuição de produtos, em que o retorno da embalagem seja assegurado. Além disso, o bairro poderá ter pequenos centros abastecedores, microconcorrentes das grandes superfícies, igualmente atractivas para os fornecedores e com estéticas mais próximas das de uma comunidade que se quer tal, mormente pela prática do contacto pessoal e pelas relações cara a cara que possam contrabalançar a comunicação mediatizada pela tv e pelo computador.

O teste de novos serviços, novos produtos e novas formas de comércio (os quais podem ser implementados, nomeadamente ao abrigo do programa Procom), encontram em Telheiras um microcosmos com condições favoráveis, sobretudo se integrados neste processo de dinâmica alargada.

Potencialidades não lhe faltam. Sendo um bairro de construção recente, inclui um núcleo antigo, património da história local. A revitalização do núcleo continua por iniciar mas a estratégia aponta para a criação aí de uma zona de lazer, passeio público, esplanadas, bares, restaurantes, pólos de animação e interesse colectivo. Seguindo de perto as novas teorias do marketing do local, a qualificação de Telheiras está largamente dependente do que vier a acontecer aqui. Trata-se de uma situação em que a participação dos residentes, comerciantes e outras instituições locais pode ter uma intervenção decisiva e que lhe seja favorável, caso não se dissociem do processo.

Dizer que uma das grandes áreas possíveis de intervenção em Telheiras reside no desenvolvimento de experiências piloto em matéria de redução, reciclagem e reaproveitamento de lixos, sem acrescentar que o sucesso de uma actuação deste tipo, marcada pela sua incidência acentuada numa parcela urbana restrita, permitiria obter bons resultados, esquecendo as questões do comércio, distribuição, nutrição e hábitos de consumo, apoio ao desenvolvimento de novas actividades criativas, culturais e de recreação, etc., não mereceria qualquer crédito.

Digamos que a legitimidade da preocupação dos actores locais com a qualidade do seu ambiente de vida passa por uma actuação de igual intensidade, mesmo nível de aspirações e exigências relativamente ao território, como fonte geradora de poluição com destino a áreas adjacentes. Mas a passagem do discurso à prática, com a adesão efectiva dos actores sociais a uma mudança, unicamente proposta com base num aumento da responsabilidade relativamente aos seus próprios lixos, implicaria uma percepção de conjunto e a crença de que um tal processo não seria lesivo dos seus interesses e da qualidade de vida anterior.

Tudo isto, portanto, é avançado no pressuposto de que seria possível pôr em marcha um processo de desenvolvimento integrado, em que se tentaria que nenhum aspecto fosse menosprezado.

Os bósnios e os sérvios das áreas urbanas entregaram-se ao cultivo do terreno disponível quando a rede abastecedora se desmantelou e os parisienses esgotaram o mercado de bicicletas aquando da recente greve dos transportes. Telheiras reúne sensibilidades que permitem pensar no arranque de iniciativas, que vão das hortas sociais, às faixas de rodagem para ciclistas. No início da urbanização os novos habitantes pedalavam em segurança, mas com a intensificação do tráfego automóvel, o hábito atenuou-se. A utilização de bicicletas como meio de transporte, não só no bairro mas numa circulação viária de acesso a vários pontos da cidade, mediante a progressiva reserva de espaço

de asfalto para ciclistas, poderia ainda ser uma outra iniciativa que partindo de Telheiras, fosse como que um pontapé de saída para uma mudança desejável em que peões, ciclistas e transportes público pudessem ganhar terreno sobre o transporte automóvel, as bichas, o *stress* e a poluição atmosférica que lhe são inerentes.

E agora, pegando por outro nó da mesmíssima questão. Ou seja, tendo sempre o ambiente como preocupação de fundo. A Epul ainda está a construir no terreno e as relações entre as estruturas criadas na habitação e as práticas de vida dos seus ocupantes permitem afirmar que também aqui há um campo de inovação a explorar. Se espaços adequados para estendal de roupa podem obviar ao uso de secadores (uma poupança de energia significativa), o espaço de armazenamento dos produtos de consumo e armazenamento de lixo também podem condicionar comportamentos. Quer ao nível da construção dos fogos, quer ao nível dos condomínios e do bairro, as estruturas implantadas podem ser decisivas na concretização de novas práticas e estilos de vida mais ecológicos.

No cruzamento, ou de outra forma, na base da concentração de toda esta dinâmica de mudança, ensaiada a partir de uma pequena comunidade urbana, terá que estar, inevitavelmente, um reforço dos canais de comunicação. Telheiras, aldeia media, por excelência, portadora e produtora de uma cultura de mudança, no sentido ambientalmente correcto, seria uma realidade em transformação a observar de perto, sobretudo pelas ciências sociais, num esforço de investigação-acção participada e participante.⁹ A implicação no projecto, de centros de estudo e dos saberes universitários, seria imprescindível como apoio a um gabinete local, onde a informação fosse recolhida e trabalhada. Um meio de comunicação local, tecnicamente enquadrado e dimensionado para o efeito pretendido, permitiria a divulgação atempada e permanente dos programas, projectos e iniciativas em curso, dando conta dos esforços, participações e resultados obtidos.

Um “observatório local” e um mensário de circulação restrita, iriam complementar-se nas funções de recolha e tratamento da informação, sensibilização, difusão e comunicação, não esgotando as possibilidades de acção em termos de mobilização de recursos humanos.

Permitam-me recorrer a um exemplo. A professora da escola primária que reside e trabalha no local e o seu filho estudante de biotecnologia numa universidade situada a dois passos do bairro, têm papeis importantes a desempenhar e podem dar contributos substanciais, caso se sintam motivados para tal e se torne claro para eles a forma de o fazer.

A formação de sensibilização para as questões do ambiente potencializa a criatividade dos actores. Assim, tudo o que diz respeito ao local, ao modo de vida, pode ser analisado em conjunto. Questões como a rede de água, fontes de abastecimento, distribuição e consumo; a energia, as diferentes formas de a obter e as implicações globais da sua produção, distribuição e consumo; o transporte; os resíduos; a produção dos alimentos, questões de nutrição, etc., todos estes e muitos mais temas podem ser alvo de atenção e de acréscimo de compreensão, tendo em vista o aumento da capacidade interventora.

As acções de formação e de animação são pois, igualmente consideradas indispensáveis para a efectiva criação de uma dinâmica cultural de mudança, envolvendo todos os actores sociais em presença no terreno. As escolas, por exemplo, dificilmente conseguem cumprir o projecto da “área-escola”. Os objectivos inerentes a este projecto pressupõem a inclusão dos professores, dos alunos e das actividades escolares, na comunidade em que se inserem.

Há todo um campo de cooperação a explorar, como a possibilidade de o próprio jornal local poder ser lugar de formação e estágio. De facto, por um lado, o bairro é pródigo em jornalistas e, por outro, os jovens solicitam, sem obter resposta adequada das escolas, preparação e actividades nesta área.

O bairro-media aumenta as possibilidades de reflexão e autoconhecimento, que possibilita a tomada de decisões em conjunto e o estabelecimento de orientações para a acção. Ao procurar saber o que quer, de que precisa, em que ambiente pode estar a viver daqui por alguns anos, o bairro vai construindo cenários de futuro desejável.

A realização de debates explorando temas de interesse comum, ou mesmo de uma iniciativa tipo universidade aberta; o estabelecimento de programas de animação dos espaços públicos; o apoio orientado para a concretização de iniciativas de desenvolvimento local, nomeadamente ao abrigo do programa existente para o efeito (IDL's), tudo isto e muito mais, se conjugado num espaço territorial restrito e de características à partida extraordinariamente propícias, por certo constituiria uma experiência única, de repercussões que iriam muito além do espaço de aplicação.

Sendo o local, uma área urbana facilmente aceite como tendo condições de partida excelentes para funcionar como “meio inovador” e, nessa medida, um espaço propício para a implantação de experiências piloto, a associação de residentes é um ponto de partida, uma base local sem espalhos de funcionamento, uma espécie de âncora.

A existência da Epul, empresa pública municipal implantada no bairro e principal construtora e impactora do território, não é de menosprezar. Os seus estatutos dão pano para mangas, ainda mais agora, à luz dos novos conceitos e das novas interpretações sobre qual é o papel do urbanizador, e sobre o que é urbanizar. Em relação aos poderes públicos, ela é como que uma frente avançada, posta no terreno, pelo que lhe cabe um papel de grande responsabilidade.

Laboratório vivo — como para a sociologia não pode deixar de ser nenhum tipo de experiência — Telheiras é, repito, um meio potencialmente inovador e particularmente adequado para a implementação de um plano de desenvolvimento integrado em espaço urbano.

O papel da ART

O percurso da ART ao longo de sete anos de actividade, e o que dizem os estatutos sobre os seus objectivos, legitimam a avaliação do papel a desempenhar pela associação como o de um parceiro social, um agente de desenvolvimento gerador de diálogo. Pensamos, evidentemente, num futuro mais aberto à participação e ao desenvolvimento, construído no respeito pelo ambiente comum. Para já, a Art tem ainda muito que fazer em prol da sua própria organização. Visibilidade e representatividade são objectivos estratégicos da associação, meios indispensáveis ao prosseguimento das suas actividades.

A AIA (Avaliação de Impacto Ambiental) é uma figura legislativa exemplar. No espírito desta lei, as decisões tomadas quanto a estes 60 hectares de espaço urbanizado devem ser discutidas com todos os interessados, sobretudo com os mais afectados por elas, os locais. Este é um instrumento, por excelência, para a aplicação de uma democracia participada. É um objectivo da Art, que o espírito da lei prevaleça em Telheiras. Que da Câmara ao bairro desça um urbanista que urbanize em diálogo. E que a pressão sobre o território não exceda a capacidade de carga consensual. Pela saúde dos residentes, e antes que esta se transforme em encargos para os contribuintes, é preciso que prevaleçam no local os elementos estruturantes (como os verdes e a água) e o contacto com a terra que diminui a percepção de vida humana desligada do seu contexto, o planeta, o território. Se é verdade que não devemos ter expectativas para lá do realizável, não é menos verdade que realizar se torna mais fácil quando se sabe o que se quer e como lá chegar. Para que um futuro sorridente se realize é preciso primeiro imaginá-lo, como um cenário ou uma imagem virtual. Se tudo muda com o tempo que passa, em Telheiras a mudança pode orientar-se para a qualificação do local de acordo com as sensibilidades, os interesses e as necessidades dos que vivem no terreno. Beneficiando com isso o ambiente comum.

Do local para o global: conclusão

Será o local, a localidade, o laboratório da democracia por excelência, o espaço mais propício à reinvenção da governação através do empenho directo das populações na resolução dos seus próprios problemas? O debate sobre estratégias de desenvolvimento pode beneficiar com a sua deslocação do terreno nacional e supranacional para as comunidades locais? A territorialização ou lógica territorial apoiada em conceitos de rede, parceria, consenso, cooperação, participação, responsabilidade, variedade, acessibilidade, proximidade, aprendizagem social colectiva, facilitam a resolução dos problemas económicos e ambientais? A globalização pode estar em harmonia com os interesses sociais e comunitários, predominantemente locais e domésticos, sendo o isolamento o grande problema das localidades?

Estou convencida que a resposta é sim, sim, sim!

Pensar globalmente e agir localmente, sendo frase chave nos meios ambientalistas, é também uma via inultrapassável para a resolução dos problemas ambientais.

Por outro lado, a gestão do ambiente urbano e da qualidade de vida dos seus habitantes vai muito para além da preocupação do bem-estar físico da população do local. A resolução dos problemas cívicos contribui para a resolução dos problemas ambientais globais, dado que aí se verificam as maiores concentrações de população e de actividades económicas e, portanto, de emissões poluentes. É também nas cidades que são tomadas as decisões cruciais sobre investimentos em infra-estruturas para o fornecimento de energia, o tratamento de resíduos e águas e transportes. Pode-se, afinal, dizer que ao intervir na área da cidade o que está em jogo é a qualidade da “civilização”.

Referências Bibliográficas

CRAVEIRO, João Lutas, “Ambiente Urbano: desigualdades e constrangimentos na cidade de Lisboa”, Revista Sociologia — Problemas e Práticas, nº 15

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (WCED), O Nosso Futuro Comum, Ed. Meribérica/Liber, Lisboa, 1991

LANGANEY, André, VAN BLIJENBURGH, Ninian H., SANCHEZ-MAZAS, Alicia, Tous Parents Tous Différents, Ed. Chabaud, 1992, (editado no âmbito da exposição do mesmo nome, do Museum National D'Histoire Naturelle)

EISENSTADT,S.N., *A Dinâmica das civilizações, tradição e modernidade*, Ed. cosmos, Lisboa, 1991

KANTER, Rosabeth Moss, *World Class - Triving locally in lthe Global Economy*, ed. Simon & Schuster, Nova Iorque, 1995

GILPIN, Alan, *Dicionário de Ecologia*, ed. D. Quixote,1992

Fontes documentais utilizadas:

Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras — Relatório Final, estudo realizado para a EPUL, pelo NEUT, Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do ISCTE, coordenado por António Fonseca Ferreira

Livro Verde Sobre o Ambiente Urbano, Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação ao Conselho e ao Parlamento, 1990

Telheiras, revista "Arquitectura", nº 137, Julho/Agosto de 1980, (pp. 42-68)

Colecção de *Boletins Informativos da ART*, Associação de Residentes de Telheiras

Plano de Pormenor de Telheiras (Sul), um contributo da ART, Carlos Meira e Guilherme Pereira, 1995

Guia do B.C.E. (Bom cidadão Ecológico), ed. CML, Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos

Guia do Município Ambientalista, revista "O Verde", nº especial 3-1994, ed. Geota (Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente)

O "Marketing" das Cidades, Philip Kotler, Donald Haider e Irving Rein, exclusivo Público/"The Futurist", pp.12-14 , jornal "O Público", suplemento de Economia, 6 de Novembro de 1995

A aldeia dos doutores, Frederico Carvalho/João Garcia, jornal "Expresso", de 12 de Junho de 1993, p 13

Plano Nacional da Política de Ambiente, Versão preliminar para discussão pública, coordenado por Francisco Nunes Correia, Pedro Nunes Liberato, Eduarda Beja Neves, Aristides Leitão, Ed. Ministério do ambiente e Recursos Naturais, 1994

Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local, Encontro promovido por ICS com a rede Gremi -Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs, 1995

Cooperação e Competição Cultural Centrada nas Cidades — Um olhar sobre Lisboa, Carlos Barros, ISEG, comunicação apresentada no Seminário "Marketing das cidades e as indústrias culturais", org, Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, 1995

Resolução do Conselho de Ministros nº 57/95, sobre o *Regulamento do Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local*,

Decreto-Lei nº 34/95 que aprova o *Programa das Iniciativas de Desenvolvimento Local*

A cidade competitiva, A gestão estratégica das empresas aplicada às áreas metropolitanas, jornal "O Público", suplemento de Economia, ed, 6 de Março de 1995

Cultura Urbanismo, Do caos à ordem, suplemento do Diário de Notícias, ed. de 9 de Novembro de 1995

Entrevista a Maria João Rodrigues, jornal "Expresso", suplemento de Economia, ed. de 25 de Novembro de 1995, pp 10-11

[1] GILPIN, Alan, *Dicionário de Ecologia*, Pub. D. Quixote, Lisboa, 1992

[2] "A Sociologia do Ambiente encontra-se particularmente vocacionada para equacionar as ressonâncias sociais, culturais, políticas e económicas que os problemas ambientais suscitam", CRAVEIRO, João Lutas, *"Ambiente Urbano: desigualdades e constrangimentos na cidade de Lisboa"*, in Revista Sociologia - Problemas e Práticas, nº 15

[3] "O Nosso Futuro Comum", Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento (WCED)

[4] LANGANEY, André, VAN BLIJENBURGH, Ninian H., SANCHEZ-MAZAS, Alicia, "Tous Parents Tous differents", Ed. Chabaud, Paris, 1992, (editado no âmbito da exposição do mesmo nome, do Museum Nacional D'Histoire Naturelle)

[5] EISENSTADT,S.N., *A Dinâmica das civilizações, tradição e modernidade*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1991, pg 40 . Este autor chama a atenção para a necessidade humana de estabelecer fronteiras, simbólico-institucionais. Diz ele que isto faz parte da condição humana, na sua tendência para organizar as actividades em sistemas e delinear as relações entre cada sistema e os outros e entre os sistemas e os seus respectivos ambientes.

[6] Ver PAIS DE BRITO, Joaquim, FIRMINO DA COSTA, António e PAQUETE DE OLIVEIRA, José M., "Au Portugal: Villages et agents médiateurs de communication" in *Villages: Quels espoirs?*, BASSAND, Michel e MOECKLI, Jean-Marie, Ed. Peter Lang SA (org.), Berne, 1989